

POSSIBILIDADES E LIMITES NA INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA ESPECIALIZADA

Gizeli Aparecida Ribeiro de Alencar
gizelialencar@gmail.com
Universidade Estadual de Maringá/Brasil

Patrícia de Oliveira
patricia.deoliveira@ifbaiano.edu.br
Instituto Federal de Educação
Ciências e Tecnologia Baiano/Brasil

Nilze Brandão da Silva
nilzesilva_brandao@hotmail.com
Apae Itaguajé/Paraná/Brasil

Resumo

Objetivamos neste trabalho descrever como se constituem as relações interacionais entre a família de alunos com deficiência e os espaços educativos especializados. Os profissionais da educação especial necessitam de conhecimentos específicos sobre o relacionar-se, tanto com os alunos quanto com os familiares, pois as deficiências ascendem nos pais conflitos emocionais decorrentes da ausência de conhecimento sobre deficiência e processo de desenvolvimento. Diante deste desse dado, realizamos uma pesquisa em uma escola especializada situada no Noroeste do estado do Paraná fundamentada nos estudos de autores como Parolin (2007) e Dessen e Polônia (2007), os quais pesquisam sobre a temática. Os dados foram coletados por meio de documentos da instituição: termo de visitas domiciliares, relatórios pedagógicos, avaliações psicoeducacionais. Os resultados evidenciaram que as possibilidades de interações dialógicas entre família e escola se fazem presentes, contudo, estas ocorrem, na maioria das vezes, de forma unilateral, ou seja, da escola para a família. Essa prática traz pouquíssima contribuição no que diz respeito à aproximação e diálogos específicos com vistas a um trabalho coletivo sugerindo que o fortalecimento das interações entre família e escola deve ocorrer de forma bilateral (escola + família), com propósitos de orientação e de formação sistematizada, visando objetivos comuns e soluções para os desafios enfrentados.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano. Escola Especial. Família. Relações Interacionais.

POSSIBILITIES AND LIMITS IN THE INTERACTION BETWEEN FAMILY AND SPECIAL SCHOOLS

Abstract

The manner interactional relationships are formed between the family of students with deficiency and specialized education space, is investigated. Special education professionals require specific knowledge on relationships with students and with family members. Deficiencies produce emotional conflicts in the parents caused by lack of information on deficiency and the development process. A research, based on Parolin (2007) and Dessen & Polônia (2007), specialized on the theme, has been undertaken in a special school in the northwestern region of the state of Paraná, Brazil. Data were collected through institutional documents: forms on home visits, pedagogical reports and psycho-educational evaluations. Results show the existence of dialogical interactions between the family and the school. However, they frequently occur unilaterally, or rather, the school towards the family. The practice proved to produce only the slightest contribution in approach and specific dialogues for joint work. It may be suggested that the strengthening of interactions between family and school should occur bilaterally (school+family) for guidance and systematized formation with common aims and solutions to cope with the issues.

Keywords: Human development. Special schools. Family. Interaction relationships.

Introdução

O papel da escola se transformou em razão de avanços científicos e de implementação de políticas públicas, entre outros, vislumbrando a ampliação do ensino público. Assim, no tocante às pessoas com deficiência, novas formas de organização escolar foram surgindo, contribuindo para que o processo educativo formal fosse assegurado.

A escola configura-se como uma instituição basilar para a constituição do indivíduo, cujos objetivos e metas estão direcionados ao ensino dos conhecimentos socialmente e historicamente produzidos pelo homem. Portanto, é fundamental que considere os aspectos tanto da condição patológica (deficiência) quanto os aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos, os quais perpassam por interações e relações sociais.

No Brasil, ante da inabilidade do Estado em promover políticas públicas sociais que garantissem a inclusão das pessoas com deficiência, algumas famílias começaram a se mobilizar, seguindo exemplos de outros países, e fundaram as primeiras Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais [Apae], constituindo uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Dessa forma, um dos maiores desafios que se fazem presentes, ainda nos dias de hoje, é assegurar o direito à educação escolar: acesso; permanência e qualidade, conforme institui o texto da Lei 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Brasileira [LDB] (Brasil, 1996). Com o advento de acordos firmados internacionalmente com vistas à escola pública de qualidade para todos, incluindo as pessoas com deficiência, algumas políticas públicas¹ foram traçadas.

No entanto, no estado do Paraná, no ano de 2006, o Conselho Estadual de Educação, por meio da Deliberação 02/03, aprovada em 02 de março de 2006, fixou as normas para a educação especial na modalidade educação básica para alunos com necessidades educacionais, assinalando em seu Art. 3º que “O atendimento educacional especializado será feito em classes e escolas especiais ou por serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua educação no ensino regular”. (Paraná, 2006, p. 1)

A partir de 2010, as Apaes foram autorizadas a alterar a denominação de escolas de educação especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial com oferta de educação escolar por meio do Parecer 108/10 (Paraná, 2010). Três anos depois, o governo do estado do Paraná, por meio da lei 17.656/2013 (Paraná, 2013), instituiu o programa Todos Iguais Pela Educação, assegurando que as escolas

¹Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001); LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);entre outras.

básicas de Educação Especial passassem a ter os mesmos direitos e recursos destinados às escolas da rede estadual de ensino, passando a integrar a rede pública.

Na contramão de documentos federais que recomendam que todos devem se matricular nos sistemas de ensino comum, independentes de suas condições, o governo do estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação [SEED] e em consonância com a Federação Estadual das Apaes, transformou essas unidades educacionais em escolas de educação básica na modalidade educação especial, por meio de convênios de cooperação técnica e financeira.

Mediante o exposto, a escola, especializada ou não, tem o dever de garantir o ensino com vistas ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Para tanto, a participação da família é primordial e os profissionais da educação especial necessitam de conhecimentos específicos sobre o relacionar-se, tanto com os alunos quanto com os familiares.

Para autores como Dessen e Polônia (2007), Parolin (2007) a família é um elemento importante na formação da sociedade. Desse modo, independente do formato de família – as descritas como tradicionais, em processo de separação, monoparentais, reconstruídas, com filhos adotivos, com os responsáveis sendo pessoas do mesmo sexo, com filhos de outros casamentos, avós com netos e uma infinidade de arranjos, todos diferentes do modelo nuclear tradicional –, há que se considerar que esta é uma instituição social que possui estruturas históricas, sociais e culturais e seu papel no desenvolvimento das crianças é de suma importância, tanto no sentido de formação integral quanto no sentido de formação educacional.

No que diz respeito a famílias que possuem filhos com deficiência, segundo Souza (2015), a reação, quanto à deficiência, está correlacionada às características familiares, aos recursos e condições pessoais de vida familiar, das perspectivas de tratamento e alternativas educacionais etc.

Paniagua (2004) afirma que, nas sociedades ocidentais atuais, ainda perseveram preconceitos que não auxiliam na inclusão e legitimam a ideia de que a família de uma criança ou adulto com deficiência é problemática e desajustada, e, por conseguinte, todos os seus membros são afetados de forma negativa. Essa concepção patológica, de acordo com a autora, propaga a situação de um grupo de famílias um tanto reduzido e ignora que outras famílias alcançam níveis de adaptação satisfatórios.

Atualmente, segundo Dessen e Polônio (2007), discute-se não apenas a forma como a família se configura, mas, também, a necessidade de uma rede social de apoio com vistas a possibilitar a remoção das dificuldades encontradas. Essas redes de apoio são (ou deveriam ser) produtoras de mudanças e, dependendo de como funcionam, podem ser propulsoras ou inibidoras do desenvolvimento, pois influenciam de forma direta e indireta na forma como os pais criam seus filhos.

Ao receber um aluno com deficiência, a escola recebe inevitavelmente um grupo social com ligações biológicas, afetivas, sociais e com necessidades de atendimento e orientações específicas. As relações interacionais entre a família e os espaços educativos especializados são de suma importância, pois, apesar de muitas vezes haver um descompasso de ideias, ambas têm como objetivo viabilizar o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, quando a família acompanha o cotidiano escolar, o trabalho realizado pela escola tende a ter resultados positivos. Essa cooperação possibilita aos pais conhecimento sobre o processo de desenvolvimento dos filhos, e aos professores, acesso às informações referentes ao ambiente da casa e da rotina diária do aluno. Diante deste dado objetivamos nesse trabalho descrever como se constituem as relações interacionais entre a família de alunos com deficiência e os espaços educativos especializados.

Caminhos metodológicos

A investigação foi realizada em uma escola especial situada em um município do Noroeste do estado do Paraná/Brasil. Optou-se por uma abordagem qualitativa, realizando-se análise documental. Esta abordagem trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço de relações, de processos e fenômenos que não podem ser restringidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001).

Os dados foram coletados por meio de documentos da instituição referentes aos anos de 2017 e 2018, a saber: termo de visitas domiciliares presentes nos livros de registros da psicóloga, assistente social, do fisioterapeuta, fonoaudióloga; relatórios pedagógicos dos professores; avaliações psicoeducacionais e atas de reuniões da instituição.

Para analisar os dados, utilizamos como categorias a Tipologia de Envolvimento Parental descrita por Epstein (1992, como citado em Almeida, 2014) contemplando: as obrigações essenciais dos pais; as obrigações essenciais da escola; o envolvimento dos pais em atividades de colaboração na escola; o envolvimento dos pais em atividades que afetam aprendizagem e aproveitamento escolar em casa e o envolvimento dos pais no projeto político da escola.

Resultados – Retratos da escola e família

A escola está localizada no Noroeste do estado que têm aproximadamente 5.000 habitantes, distante dos grandes centros médicos especializados, basicamente só oferta atendimento médico do nível de primeiros socorros.

Atualmente, atende 67 alunos com idades variando de um a 67 anos de idade, sendo que 3 alunos são da mesma família. Desse quantitativo, 49 alunos possuem deficiência intelectual; cinco, transtornos globais do desenvolvimento (Transtorno do Espectro Autista, esquizofrenia); 13, deficiências múltiplas (10 com deficiência intelectual e deficiência física e três com deficiência intelectual associada à deficiência auditiva).

A escola funciona das 07:45 às 17:15 horas de segunda a sexta feira, atendendo o calendário determinado pelo estado. As salas são divididas conforme a faixa etária e etapas (educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos). Os objetivos educacionais principais são o letramento e a matemática básica por meio de conteúdos que procuram desenvolver habilidades de compreensão, relacionamento e independência em pequenas e médias tarefas cotidianas. Há ainda aulas de educação física com foco no esporte e atividades culturais. Além do contexto pedagógico, a escola oferta atendimentos psicológico, fisioterapêutico, fonoaudiológico, psiquiátrico, terapia ocupacional e assistência social.

No que concerne mais especificamente às famílias, constatamos que os formatos são diversos, não configurando apenas famílias nucleares. Em relação as questões econômicas, a renda familiar das 64 famílias varia de um a três salários mínimos, sendo que 21,9% recebem um salário mínimo, 57,8% recebem dois salários mínimos, 18,7% recebem três salários mínimos e 1,6% sobrevivem dos benefícios do filho e por meio de serviços informais esporádicos. Quanto a escolaridade dos pais e responsáveis, os dados revelaram que 40,6% declaram ser semianalfabetos; 18,7% tem ensino fundamental incompleto; 17,2% tem ensino fundamental completo; 14,1% tem ensino médio incompleto; 7,8% tem ensino médio completo e 1,6% tem ensino superior completo.

As relações dialógicas

Para traçar o panorama de como as relações dialógicas se efetivavam na instituição, realizamos uma busca nos registros efetivados, como documento, na instituição.

Documentos referentes à área psicológica

Estes documentos se referem a informações pertinentes aos casos de transferência de alunos que frequentavam o ensino comum para a escola especial. Contemplam dados de identificação do aluno, motivo do encaminhamento para a escola especial, síntese das áreas avaliadas, informações sobre serviço de fonoaudiologia bem como procedimentos de intervenção nas áreas psicomotora, cognitiva, de desenvolvimento afetivo emocional e fonoaudiológica. Há também registros de entrevistas com os pais ou responsáveis quando são encaminhados ou procuram a instituição para matricularem seus filhos. Nos documentos constam dados da composição familiar e a queixa ou motivo do encaminhamento.

Nos registros realizados pela psicóloga, constatamos que o contato com as famílias, na maioria das vezes, ocorria de forma individualizada e em casa. Nessas ocasiões, os familiares geralmente recebiam orientações quanto à higiene pessoal dos filhos ou necessidade de tratamentos médicos. Entre os anos de 2017 e 2018, constatamos que as reuniões com os pais, tinham a seguinte configuração: dinâmica de grupo; solicitação da cooperação de todos; proposta de oficinas de artesanato; promoções para angariar fundos para reforma e manutenção da instituição; mutirão de limpeza; orientações sobre higiene de forma geral e uso de álcool e drogas; compromisso dos familiares para encaminhar os filhos para o neurologista; instruções sobre

como ministrar corretamente a medicação dos filhos; e alerta sobre a importância de participar, sem interrupções, dos atendimentos psiquiátricos.

Constatamos que a escola, na figura da psicóloga, é que procurava as famílias ou marcava as reuniões. Nos registros efetivados, encontramos apenas dois em que os pais buscaram a escola objetivando sanar algum problema.

Verificamos que vários projetos foram idealizados com intuito de aproximar as famílias da escola, a maioria envolvendo o ensino de artesanato, o enfrentamento ao abuso e à violência sexual, e da importância da higiene pessoal. Contudo, apenas um curso de confecção de pesos de porta com caixas de leite, um de preparação de ovos de páscoa e outro de sabonetes artesanais foram realizados.

Nos bilhetes ou convites enviados às famílias, a motivação utilizada para que comparecessem às reuniões passava por sorteio de brindes e fornecimento de algum tipo de refeição.

Documentos referentes à área de assistência social

Nos registros da assistente social encontramos as fichas de atendimentos às famílias e o caderno de anotações sobre os alunos.

As fichas de atendimento continham informações sobre identificação do aluno e do responsável, evolução clínica, composição familiar e atendimento familiar. Neste último, encontramos os seguintes encaminhamentos: esclarecimentos em relação aos critérios do Benefício de Prestação Continuada – Programa Bolsa Família; encaminhamentos para a área de saúde; aconselhamento sobre direitos e deveres; respaldo ao conselho tutelar; motivo de faltas do aluno; necessidade de comprovação de ausência por meio de atestados de atendimento médico; acompanhamento da medicação e seu uso de forma adequada, respeitando os horários, e quanto à higiene pessoal dos filhos; orientação sobre educação e planejamento doméstico; encaminhamentos para conselho tutelar para averiguação de situação de risco; conversas sobre faltas consecutivas dos alunos e sobre observações em sala de aula; encaminhamentos para laudo médico; acompanhamento em consulta médica psiquiátrica; solicitação ao cartório de registro civil de segunda via de certidão de nascimento; orientações sobre necessidade de uso do aparelho auditivo; sobre aos conflitos familiares; comportamentos agressivos dos filhos e sobre necessidade de comparecer às consultas psiquiátricas.

No caderno de anotações sobre os alunos, os registros referiam-se ao levantamento das demandas emergentes junto à direção, coordenação pedagógica e aos professores e comportamentos apresentados pelos alunos no contexto de sala de aula.

Documentos referentes à área de fisioterapia

No caderno de registro do fisioterapeuta, constatamos um roteiro de entrevista junto aos pais contemplando questões sobre: Como o aluno está? Teve crises? Está tomando os medicamentos? Está com comportamento alterado?

O fisioterapeuta faz visitas às famílias no início de cada semestre. Nos registros verificamos que em 2017 realizou 10 visitas domiciliares a cada família; cinco estudos de caso; duas orientações familiares específicas sobre o desenvolvimento do filho e duas observações em sala de aula. No ano de 2018, realizou 12 visitas domiciliares; dois estudos de caso; cinco atendimentos fisioterápicos domiciliares a um aluno; duas Orientações familiares e duas observações em sala de aula.

Documentos referentes à área da psiquiatria

Os documentos consultados contemplam as fichas com protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas contendo informações sobre diagnóstico, anamnese e medicamentos. De acordo com os documentos, os pais e responsáveis são orientados sobre os procedimentos, necessidade de fazer o tratamento farmacológico conforme a prescrição e assinatura de termo de esclarecimento sobre os medicamentos indicados.

Documentos referentes à área de pedagogia

Nos relatórios sobre o registro pedagógico dos alunos, constam informações sobre o desempenho acadêmico bem como questões comportamentais. Esses aspectos são discutidos junto à equipe pedagógica, fonoaudióloga, assistente social e psicóloga. De acordo com as anotações dos professores, os pais, quando necessário, são convidados a comparecer na escola para serem informados a respeito do rendimento ou comportamento do aluno. Na maioria dos relatórios, os professores pontuavam a não participação dos familiares nas atividades escolares dos filhos.

Documentos referentes à área de fonoaudiologia

Foram registradas atividades complementares à alfabetização com alunos com muita dificuldade de fala. Destaca-se um trabalho com uma aluna deficiente intelectual associada a auditiva – um atendimento por meio da língua brasileira de sinais [Libras]. Constatamos que apenas em situações esporádicas há conversa com os familiares sobre o atendimento prestado e seus respectivos progressos.

Atas de reuniões

No ano de 2017, foram lavradas 12 atas de reuniões. Destas, apenas três fizeram inferências aos pais e responsáveis. Na Ata nº 4, verificamos que houve uma discussão a respeito de um caso referente à indecisão de uma família sobre matricular ou não o filho na escola especial. Trata de um filho de pais separados

vivendo com a mãe, e a avó paterna não concorda com o diagnóstico. Houve conflito e o Conselho Tutelar foi acionado para proteger os direitos da criança.

Na ata nº 10, registrou-se uma discussão a respeito de um encaminhamento realizado pela prefeitura do município informando que uma mãe de aluno havia solicitado transporte para o filho, pois a residência está situada na zona rural. A prefeitura encaminhou o caso para a Apae para que esta viabilizasse a frequência do aluno.

O conteúdo da Ata nº 12 referia-se à devolutiva aos professores e demais profissionais da escola a um documento encaminhado pelo núcleo regional de educação que solicitava a transferência de uma aluna da Apae para escola comum do município com matrícula na classe especial. A Apae respondeu a solicitação informando que a mãe não havia concordado com o referido encaminhamento, alegando receio de que a filha regressasse, uma vez que já havia tido experiências acadêmicas na escola comum sem sucesso. O núcleo de educação acatou a decisão e autorizou a permanência da criança na instituição.

No ano de 2018, foram lavradas 12 atas e, destas, apenas duas mencionaram a presença da família na escola. Na ata nº 5, foi registrado a oferta de um curso sobre como fazer ovos de páscoa com o objetivo de aproximar as famílias da instituição.

Já a reunião lavrada na ata nº 10 foi registrada a importância da presença da família na escola e que a instituição iria oferecer um curso de artesanato para as mães. Foi solicitado à psicóloga que conversasse com as mães para maior compromisso com as atividades propostas para elas.

Os dados revelaram que as *obrigações essenciais dos pais* não foram assumidas de forma deliberada. A escola, de certa forma, assumiu essa obrigação, uma vez que as visitas domiciliares tinham como pauta aspectos nos quais os pais eram chamados a assumirem responsabilidades em relação ao cuidado e educação dos filhos.

Por outro lado, também constatamos algumas inconsistências referentes às *obrigações essenciais da escola*, no que se refere à comunicação com a família, uma vez que convida ou convoca a família apenas para relatar problemas relativos à desenvoltura acadêmica do aluno ou comportamentos inadequados. A esse respeito, ousamos sugerir que uma maneira de aproximar as famílias e sensibilizá-las para a participação e acompanhamento dos filhos seria colocar em pauta os avanços dos alunos, as conquistas comportamentais adequadas apresentados como dignos de elogios.

Sobre o *envolvimento dos pais nas atividades que abrangem a aprendizagem e aproveitamento escolar* os dados revelaram que os pais não acompanham os filhos nas atividades escolares. Nesse caso, um possível encaminhamento seria propor reuniões ou encontros para orientar as famílias sobre formas de

acompanhamento e participação nas atividades dos filhos que, associadas à sugestão anterior, podem configurar como proposta construtiva e participativa no desempenho dos alunos.

No que diz respeito ao *envolvimento dos pais em atividades de colaboração na escola* foi possível averiguar que há cooperação quando solicitados a eventos promocionais da escola para que melhorias possam ser efetivadas nas dependências da instituição.

Quanto ao *envolvimento dos pais no projeto político da escola*, nada foi constatado. Esse dado é indicativo de que urge essa aproximação, para que a escola possa pensar e propor, em parceria com a família, propostas pedagógicas vislumbrando o desempenho e bem-estar dos alunos.

Considerações finais

Os resultados evidenciaram que as possibilidades de interações dialógicas entre família e escola se fazem presentes, contudo, estas ocorrem, na maioria das vezes, de forma unilateral, ou seja, da escola para família.

Acreditamos que essa via unilateral seja reflexo de ausência de planejamento para efetivar ações intencionais, sistematizadas; e da crença familiar de que a escola deve ser a responsável pela formação da criança.

Em relação ao primeiro aspecto, apesar de intencionar essa aproximação com a família, por meio de projetos, estes não foram levados a efeito. Não podemos afirmar os motivos que contribuíram para a não implementação das atividades planejadas, mas, por outro lado, fica notório que um planejamento adequado prevê contingências durante o processo plausíveis de serem contornadas.

No que diz respeito ao segundo aspecto, cremos estar respaldado, entre outros fatores, na confusão que parte dos pais faz quanto ao real papel da escola, os quais podem ser explicados pelas transformações sociais que influenciaram esses dois contextos e que mascararam as atribuições específicas da escola e da família.

É preciso ter estabelecido o papel de cada um dentro desse processo, para, assim, ajudar na elucidação de tarefas que cada qual precisa desempenhar. No entanto, a escola é sempre a primeira a criar e estabelecer ações que favoreçam a relação, uma vez que tem uma função vital de transformação social.

Referências

Almeida, E. B. (2014). *A relação entre pais e escola: A influência da família no desempenho escolar do aluno.* (Monografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Brasil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB] Lei Darcy Ribeiro. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, *Diário Oficial da União*. Recuperado em 13 dezembro, 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Dessen, M. A., & Polônia, A. C. (2007) A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, n. 17(36), 21-32. Recuperado em 19 dezembro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>

- Minayo, M.C.S.** (Org.). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade* (18a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Paniagua, G.** (2004). As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: Coll, C.; Marchesi, A.; & Palacios, J. (Orgs.). *Desenvolvimento Psicológico e Educação – transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais* (pp. 330-346). Porto Alegre: Artmed.
- Paraná.** Conselho Estadual de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer CEE/CEB n 108/10* Recuperado em 04 janeiro, 2019, de http://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/toledo/ed_especial/legislacao/parecer_108_10.pdf
- Paraná.** *Deliberação 02/2003*. Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Aprovada em 02 mar. 2006. Paraná: Comissão Temporária de Educação Especial, 2006. Recuperado em 06 out. 2018, de <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao022003.pdf> .
- Paraná.** *Lei estadual n.º 17.656, de 12 de agosto de 2013*. Institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial denominado “Todos iguais pela educação”. Diário Oficial do Paraná, Poder Executivo. Curitiba, PR, 12 ago. 2013b. n. 9.019, p. 3. Recuperado em 06 outubro, 2018, de <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=99967&codTipoAto=&tipoVisualizacao=alterado>
- Parolin, I. C. H.** (2007). *Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?* Porto Alegre: Mediação.
- Souza, A. P.** (2015) *Relação escola e família de alunos com deficiência intelectual: o ponto de vista dos familiares*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil. Recuperado em 19 dezembro, 2018, de <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/ANNYE%20DE%20PICOLI%20SOUZA.pdf>